

Psicologia e Compromisso Social: reflexões sobre as representações e a identidade do Psicólogo Escolar-educacional¹

Psychology and Social Commitment: reflexions about the representations and the identity of the Scholar-educational Psychologist

Recebido em 13/08/2008; Aceito em 10/11/2008

Vera Lucia Trevisan de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

Pretende-se, neste artigo, refletir sobre a constituição identitária do psicólogo, enfocando sua atuação na área educacional, e analisar o compromisso da psicologia com o social, sobretudo no que concerne à proposição e implementação de políticas públicas voltadas às camadas sociais que habitam as escolas públicas ou diferentes contextos educativos. Intenta-se, com as proposições e reflexões aqui apresentadas, contribuir para uma melhor compreensão desta área de atuação do psicólogo como promotora de mudanças e transformações sociais e para eventuais reformulações nos cursos de formação em Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia; compromisso social; psicologia escolar-educacional

Abstract

This article aims to reflect about the identifying constitution of the psychologist, focusing on its performance in the educational area, and analyze the commitment of the psychology with the social, above all in what concerns the proposition and implementation of the public politics directed to the social layers that exist in the public schools or different educational contexts. It

¹ Texto elaborado para a Conferência de Abertura do Congresso “*Psicologia e Políticas Públicas: diálogo em construção*”, promovido pelo CRP, 9ª. Região, GO-TO, em Goiânia, agosto de 2008.

is aimed, with propositions and reflections here presented, to contribute for a better understanding of this area of the Psychologist performing as a promoter of changes and social transformations and for eventual reformulations in the educational courses of Psychology.

Keywords: Psychology; social commitment; scholar-educational psychology

Introdução

Falar sobre qualquer profissão demanda compreender o que significa ser profissional em determinada área. Segundo Netto (1992), uma profissão envolve três dimensões: constituir-se como uma prática institucionalizada, ser legalmente sancionada e ser legitimada pela sociedade. Assim, uma profissão envolve a apropriação de conhecimentos específicos por um grupo que estabelece critérios de credenciamento e uso desses conhecimentos. (Yamamoto, 2003). Segundo o mesmo autor, se por um lado a regulamentação da profissão constitui-se como exclusão, visto que exclui outros conhecimentos ou discursos, assumindo um ponto de vista próprio, por outro, ela protege o público a quem atende ou se destina, garantindo a qualidade de seus serviços. Proteger o público significa comprometer-se e, no caso da psicologia, regulamentada como profissão há 46 anos, caberia perguntar: quem é esse público? Com o que a psicologia se compromete?

Do seu nascimento como profissão até a década de 1970, atuando em um modelo de inspiração médica, atendia a uma pequena elite que correspondia a 15% da população com condições de pagar seus serviços. Botomé (1979) já questionava o papel social da psicologia, perguntando: e os outros 85% da população, não precisam dos serviços que a psicologia tem a oferecer?

Essas críticas e muitas outras que surgem a partir de então, geram discussões e reflexões sobre as alternativas de atuação da psicologia.

Estudos mais recentes (CFP, 1992, 2002, Yamamoto et al., 2001) revelam mudanças na forma de atuação da psicologia em duas direções. Há uma tendência à manutenção da predominância da área clínica (o que, em minha opinião, sustenta as representações do

psicólogo como profissional que se aproxima da prática médica e promove identificações com esta modalidade de atuação); e uma outra tendência à ampliação de espaços para atuação, como inserção em trabalhos voltados ao bem-estar social, de natureza preventiva ou compensatória (que, no que concerne ao processo de constituição identitária, provoca tensão entre o instituído como papel – forte atribuição e representação, e o que surge como instituinte, ainda como demanda, mas com influência na imagem que os profissionais têm de si).

Identidade e representações

Entende-se por identidade profissional do psicólogo as posições assumidas pelo sujeito, que decorrem de atribuições de diferentes discursos e agentes sociais, aos profissionais no exercício de suas funções em contextos laborais concretos. Essas atribuições e identificações se referem também ao conjunto das representações presentes nos discursos relativos aos modos de ser e agir dos psicólogos no exercício de suas funções e, no caso do psicólogo escolar ou educacional, em instituições educativas.

Falar sobre as representações e a identidade do Psicólogo escolar ou educacional implica considerar alguns aspectos fundamentais na constituição da imagem do psicólogo escolar ou educacional, visto entendermos identidade como uma construção dinâmica, de que participam as representações, a atividade e a história do sujeito, a história da profissão e o contexto em que a exerce. Logo, compreender a identidade implica recorrer aos espaços sociais de que tomam parte os sujeitos ao longo de suas vidas, para refletir sobre sua participação nesta constituição, e, no caso de profissionais como o psicólogo, por exemplo, examinar também seu espaço de formação e atuação.

Assim, pretende-se, neste artigo, abordar a relação entre a psicologia e a educação da perspectiva histórica e de atuação profissional, visando a demarcar a Psicologia da Educação como área de conhecimento com objeto e campo de atuação específicos. Essas considerações fazem-se necessárias por entendermos que a forma como se estrutura uma teoria e se desenvolvem pesquisas na área influenciam a constituição das identidades dos profissionais de dado campo de atuação. O que caracteriza o campo da Psicologia Escolar-educacional no

âmbito da pesquisa e atuação? Qual seu objeto de estudo? O que a difere dos demais campos da Psicologia?

Outro aspecto que merece atenção e reflexão é o campo da formação do psicólogo escolar, visto constituir-se como espaço efetivo de preparação para a prática profissional. Em que medida os cursos de formação têm se desenvolvido de maneira a formar um profissional capaz de atuar nos diferentes espaços educacionais de nosso país? Qual tem sido o espaço, nos currículos e programas dos cursos que favorecem a apropriação de conhecimentos específicos sobre educação e psicologia da educação e promovem o desenvolvimento de competências para uma atuação efetiva nas escolas e outros contextos educacionais? Em que medida os cursos de psicologia contribuem para a manutenção de algumas representações sobre a profissão ou mesmo não investem na desconstrução de representações que não favorecem a identificação do futuro profissional com as práticas nas escolas? Enfim, os cursos de formação tomam para si a responsabilidade de promover identificações do aluno com as diversas áreas de atuação profissional, sobretudo a escolar?

Refletir sobre estas questões com base em nossa experiência na supervisão de estágio em Psicologia escolar-educacional e na orientação de mestrados e doutorados sobre temas da psicologia da educação trará contribuições para compreender as representações e identidade do psicólogo escolar-educacional.

Um terceiro tema que se intenta abordar diz respeito às demandas da educação, de modo geral, e da escola, como espaço singular, à psicologia e aos espaços de atuação do psicólogo na escola.

A educação brasileira apresenta problemas de toda natureza, envolvendo desde falta de investimento político e econômico (o gasto público com educação no Brasil equivale a um terço do México e um quinto do da Argentina), até as já conhecidas e tão estudadas e debatidas, repetência e evasão. Para se ter uma idéia, segundo pesquisa do IPEA (2005), todas as crianças hoje no Brasil entram na escola. Ocorre que só 57% terminam o Ensino Fundamental e 37% concluem o Ensino Médio, o que indica que 63% ficam pelo caminho. Por quê? Qual o papel da escola nesse processo? E da psicologia?

Temos observado em nossas pesquisas e inserções na escola, que há uma demanda constante e crescente à psicologia, por parte de diversos atores institucionais, tais como os alunos, os professores, os diretores, os coordenadores, os pais, etc. Há queixas recorrentes sobre indisciplina, descontrole emocional de alunos e professores, dificuldade de aprendizagem, falta de interesse de alunos e professores, desânimo de professores e pais, *stress* de professores, sentimentos de impotência frente a alunos de inclusão, falta de recursos e estratégias para lidar com as questões de sexualidade manifestadas pelos alunos, com a gravidez precoce, com o uso de drogas, só para citar algumas. As escolas têm aberto espaço de diálogo com os psicólogos, embora ainda os vejam como alguém que vai resolver os problemas que mais as afligem. Contudo, esta visão tem relação com as representações sociais sobre o Psicólogo escolar e a identidade que este tem assumido ao longo da história da relação entre psicologia e educação.

A relação entre a psicologia e a educação:

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM PESQUISAS

Segundo Gatti (1997), a discussão sobre a relação da psicologia com a educação decorre de longa data, assim como o movimento de aproximação e afastamento que tem caracterizado esta relação, ora com o predomínio dos estudos da psicologia sobre os da educação, ocorrido no início do século XX, ora com momentos de afastamento da área da educação da psicologia (início na década de 1970 até os anos 1980). A forma como essa discussão tem se dado também segue um movimento que algumas vezes privilegia a psicologia, tomando-a como referência central nas pesquisas e práticas de atuação, em que a psicologia é exercida como uma extensão de seu campo de ação. A autora cita como exemplo trabalhos em que o psicólogo, com determinado enfoque da psicologia, examina uma situação educativa com seu próprio modo de ver e reverte suas constatações para o campo da Psicologia. Neste sentido, o conhecimento iria da psicologia para a educação e retornaria para a psicologia.

De outro lado, ainda neste movimento, há os trabalhos que priorizam a perspectiva da educação, em que há uma apropriação dos conhecimentos do campo da psicologia para fins pedagógicos. Segundo Gatti (1997), grande parte dos estudos que se auto-definem como sendo da Psicologia da Educação se enquadram nestas formas.

Ao analisar vários artigos em periódicos científicos focando a relação entre psicologia e educação na produção de pesquisas, Gatti (1997) apresenta algumas constatações que parecem relevantes à compreensão da identidade do psicólogo escolar: os referentes da psicologia que dão suporte aos trabalhos são muito diversificados, abrangendo a psicologia genética ou cognitiva, a psicologia social, o behaviorismo, a psicanálise, as teorias da personalidade e suas variações teóricas, ou seja, a própria base teórica do campo de conhecimentos relativo à psicologia escolar-educacional carece de uma maior articulação. Outras duas constatações referem-se ao fato dos trabalhos publicados em revistas da área da Psicologia e da Psicologia da Educação oferecerem sugestões para um melhor dimensionamento do trabalho escolar e, especificamente, das ações pedagógicas, da formação psicológica de professores e, ainda, apresentam muitas críticas a vários aspectos do processo educativo. Logo, vê-se que da perspectiva da psicologia o trabalho educativo é merecedor de críticas e necessita de reformulações, o que, do ponto de vista do processo de identificação tão necessário à constituição da identidade profissional, acaba por interferir no processo de construção da identidade do psicólogo escolar. Quem se identifica com práticas educativas rígidas, que não permitem o atendimento das necessidades dos alunos, que favorecem um trabalho pedagógico desarticulado e sem objetivos claros? Esta questão será retomada adiante.

Ainda segundo Gatti (1997), um diálogo entre os educadores e os psicólogos deveria partir de formas menos unilaterais de representar a psicologia da educação em um processo de formação de educadores e psicólogos que oferecesse mais conhecimentos de psicologia aos educadores e de educação aos psicólogos e, neste sentido, a participação de ambos em experiências partilhadas de ação e pesquisa poderia gerar transformações favoráveis nesta área que se caracteriza pela inter e transdisciplinaridade. No que concerne à pesquisa, deveria se investir em estudos que integrem psicologia e educação sem que uma das áreas exerça o domínio sobre a outra, mas que se configurem como uma nova perspectiva que abranja a educação e a psicologia. Estes estudos teriam como campo a psicologia da educação, cujo eixo

são “as subjetividades em desenvolvimento, em e para uma dada cultura, a partir das ações, intencionais ou ritualísticas, de outras subjetividades.” (p.10)

Isto porque, para a autora:

Nós nos situamos como ‘eus’, como identidades, nossas consciências se mostram a nós [...] como uma evidência. Nós nos nomeamos, nós pensamos, nós dizemos ‘eu’, ‘você’. Nós nos denominamos pessoas, persona que se mostra sendo. O olhar que se preocupa com a pessoa, ou o sujeito [...] é a perspectiva com que um campo de conhecimento – a psicologia – pode se apresentar no rol das formas com que nós tentamos compreender o homem e seu mundo, no caso, o homem enquanto subjetividade, enquanto consciência agindo no e com o mundo. [...] os estudos de educação se preocupam com as condições pelas quais cada nova geração é introduzida nos saberes acumulados em uma dada cultura com vistas à sua perpetuação, pela manutenção dos saberes sou sua transformação.

Logo, ao nos voltarmos às questões que envolvem os modos pelos quais as pessoas se desenvolvem como sujeitos, como identidades, em espaços interativos que as constituem estaríamos no campo de conhecimento da psicologia da educação.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL

No que concerne à atuação do psicólogo na educação, é importante retomar alguns momentos históricos, visto sua importância na construção das representações sobre o psicólogo escolar e sua identidade profissional.

Desde seu nascimento, a partir de 1903, com a publicação do periódico *Journal of Educational Psychology*, a psicologia da educação se desenvolveu como área que viria a solucionar os problemas presentes nas escolas (Maluf, 1999). Esta forma de ver a psicologia da

educação, de várias maneiras sustentada e mantida pelos mais diversos discursos e práticas, construiu uma forte representação social do psicólogo escolar como solucionadora de problemas da escola, sobretudo dos que envolvem os alunos, a qual perdura até os dias atuais.

De maneira geral, a imagem que a escola tem do psicólogo é de alguém que vai atuar de maneira individual em problemas pontuais, com vista a resolvê-los sozinho. Via de regra, é esta também a imagem que o aluno de psicologia faz de sua possível atuação na escola, quando consegue vislumbrar a idéia de vir a atuar na educação.

Segundo Maluf (1999, p.33), de 1930 à 1960, a Psicologia Educacional “assumiu, nitidamente, uma feição psicométrica, experimental e tecnicista” e sua atuação nas escolas se deu com objetivos de promover a adaptação dos alunos às condições do ensino. Contudo, os psicólogos não conseguiram dar conta das demandas dos educadores e o resultado de seu trabalho, bastante fragmentado, tornou-se objeto de crítica a partir de 1960. Essa relação de desequilíbrio entre a psicologia e a educação vai gerar, a partir da década de 1970, um afastamento entre as áreas, que se reaproximarão no final da década de 1980, com uma nova visão das questões educacionais e de desenvolvimento, em que se começa a reconhecer a importância da contribuição do psicólogo para a educação.

Contudo, esse movimento de aproximação e afastamento, de aceitação e recusa, de indefinição de objetivos e do objeto de estudo e trabalho gera dificuldades em se estabelecer a identidade do psicólogo escolar, visto a indefinição de seu campo de atuação e mesmo de suas ações e função.

Atualmente, há, sem dúvida, avanços no campo da psicologia educacional, seja no seu modo de conceber os processos educativos ou na forma de focar seu objeto de atuação nas escolas. Também há reformulações nos programas de formação do psicólogo escolar, entendendo-se a necessidade de prepará-lo para atuar no atendimento das demandas apresentadas pela educação (Maluf, 2003). Contudo, os estudiosos da área concordam que ainda há muito que se avançar para se chegar a estabelecer um espaço de atuação e pesquisa que constitua a identidade profissional do psicólogo escolar. E a formação é um dos desafios a ser enfrentados.

A Formação do Psicólogo Escolar

Data da década de 1980 um grande investimento em discussões, pesquisas, ações de reformulação curricular, reflexões, etc. sobre a formação do psicólogo escolar no Brasil. Um movimento envolvendo pesquisadores preocupados em fazer da psicologia escolar uma profissão voltada à demanda da sociedade, sobretudo das classes menos favorecidas. Segundo Guzzo (1996),

Formar psicólogos escolares não é uma tarefa fácil. Isto porque, além de ser bem formado em Psicologia, o profissional deve ser muito bem formado para atuar em contextos educacionais, o que pressupõe um domínio de toda a dinâmica do sistema educacional e, principalmente, do acompanhamento, avaliação e intervenção em situação de grupos.

Assim como Guzzo (1996), Novaes (2002), Almeida e Senna (2005), Senna e Almeida (2005), Neves et al. (2002), Wechsler (1996), Maluf (1999), Witter (2002), e muitos outros, vêm dedicando pesquisas e reflexões ao tema específico da formação e atuação do psicólogo escolar, conquistando avanços no que concerne a propostas de atuação e formação que superam a forma tradicional de relação entre a psicologia e a educação, para assumir posicionamentos críticos, que olham para o aluno como parte de um contexto histórico, político, econômico e ideológico, em que subjetividades são produzidas em condições materiais de existência.

Contudo, no que concerne aos currículos dos cursos de Psicologia, ainda é incipiente o espaço dedicado à formação do psicólogo escolar, se observarmos as complexas demandas da educação. No mais das vezes, os currículos oferecem uma disciplina que trata da Psicologia escolar ou educacional, com carga horária de 80h-aulas e um estágio supervisionado na área. É claro que, ao longo do curso, os alunos têm disciplinas que abordam as teorias do desenvolvimento, as relações grupais, as questões de personalidade e da afetividade. Estas, porém, são abordadas sob o enfoque da Psicologia, sem considerar as questões educacionais. Fato é que, ao final do curso, a maioria dos alunos conhece muito pouco sobre educação – sistema de ensino, organização de currículos, níveis de ensino, processos regulatórios, políticas públicas, investimentos, os problemas envolvendo relações professor-aluno, etc, e, sobretudo,

os principais problemas que afligem os profissionais e pesquisadores da área da educação, atualmente.

Como atuar em um contexto que não se conhece? Se não é o curso de Psicologia a oferecer esses conhecimentos, qual será o espaço, então?

Maluf (1999) refere-se à pesquisa de Cruces (1998), que demonstrou a preferência de alunos de Psicologia pela área clínica, a qual cresce em percentual ao longo do curso. Se essa preferência inicial pode ser atribuída às representações sociais da psicologia que se aproximam da prática médica – uma representação forte, difícil de ser quebrada – o fato dela crescer ao longo do curso pode ser atribuído às ênfases dadas na formação e ao fato da maioria dos professores serem psicólogos clínicos (Maluf, 1999).

Ocorre que uma área em que há grande demanda às questões da psicologia é a educacional e resulta desse tipo de formação um paradoxo: as chances de atuação profissional do psicólogo estão justamente em uma área em que ele tem pouco preparo para trabalhar e quase nenhum desejo.

A observação dos dados das pesquisas realizadas pelo CFP em 1988 e 2001, permite acessar as tendências da profissão do psicólogo escolar-educacional e refletir sobre sua formação e alguns paradoxos da relação entre psicologia e educação:

Quadro comparativo da situação dos psicólogos brasileiros em 1988 e 2001, com relação à área de atuação.

Área de atuação do psicólogo	1988	2001
Clínica	55,3	54,9
Escolar-educacional	11,3	9,2
Organizacional-trabalho	19,2	12,4
Docência	6,6	2,2
Pesquisa	1,3	0,6
Social-comunitária	2,8	1,7
Saúde		12,6
Trânsito		3,9
Jurídica		2,5
Esporte		0,1
Outros	3,0	

(Fonte: CFP, 2001, in: Yamamoto, 2003).

A primeira constatação que esses dados promovem é a força da área clínica na opção dos psicólogos: mais da metade dos profissionais atuam nesta área. A comparação com os dados de 2001 demonstra uma tendência na manutenção deste predomínio.

No que concerne as representações sociais e constituição identitária, é possível pensar que embora outras áreas emirjam como possibilidade de trabalho, essa modificação da identidade profissional, ou seja, do que faz um psicólogo, é lenta e gradual, e depende principalmente das mudanças em cursos de formação, sobretudo da formação inicial.

Contudo, a segunda tendência que vimos aqui, e que corrobora as observações que já apresentamos, diz respeito ao pequeno interesse e diminuição de ações no campo da Psicologia escolar-educacional. Esta questão nos remete a outras hipóteses (além das já apontadas): há um grande desconhecimento por parte dos alunos sobre a educação e suas demandas à psicologia; há, também, um quase total desconhecimento sobre o que faz um psicólogo escolar; os cursos de Psicologia não investem em disciplinas relativas a políticas públicas e sociais; também não investem no estudo de teorias que proponham a transformação social como tarefa da psicologia, e, por fim, não oferece aos alunos a oportunidade de problematizar as teorias na relação com as demandas do contexto. Logo, estas questões nos levam de volta à formação.

Este fato pode ser confirmado se observamos o número de psicólogos atuando na pesquisa e na docência. Quem está fazendo a formação dos psicólogos, afinal? Quem está estudando as teorias a fim de problematizá-las, articulá-las, inová-las, etc.?

O que podemos esperar de uma ciência que tem tão poucos profissionais atuando em sua produção? No que concerne às representações e identidade, parece que a psicologia como área de conhecimento não tem produzido identificações no sentido de favorecer a atuação de psicólogos em sua construção. Talvez este fato deva-se às representações das teorias da área clínica (hegemônica), como prontas, inquestionáveis, à semelhança de muitas da área médica.

Já no que concerne à docência, parece que a questão é ainda mais problemática: os formadores dos futuros psicólogos, à semelhança do que ocorre no ensino superior em geral, parecem não ter escolhido a docência como campo de atuação e o fazem como atividade

complementar a outras, sobretudo, a clínica. Caberia perguntar se a prática profissional, por si só, habilita o psicólogo como docente e se os cursos de pós-graduação, em seus mestrados e doutorados investem na formação do formador. Questões para outros artigos e debates, visto sua complexidade.

Alguns dados preliminares de uma pesquisa sobre identidade do psicólogo escolar-educacional, em andamento, evidenciam e corroboram o levantamento do CFP. Foram entrevistados 26 alunos, do penúltimo ano do curso de Psicologia, em que se questionou sobre seu interesse em atuar na área da educação e sobre o que faz um Psicólogo que atua nesta área.

Dos 26, apenas dois declararam considerar a possibilidade de trabalhar em escolas ou em instituições educacionais e entendiam que o trabalho do psicólogo é atuar junto aos professores, alunos, famílias e equipe da escola, promovendo melhores relações. Os demais, 24 alunos, declararam não ter interesse. Dos 24, dez alegaram ainda não ter definido a área que querem atuar e, portanto, embora não tenham interesse, poderão vir a trabalhar na área. Os outros 14 já fizeram suas opções: 12 pretendem atuar em consultório ou em hospitais e dois na área organizacional. Os 24 alunos não optantes pela educação, apresentam como representação deste profissional as seguintes imagens: atende a queixa escolar, orienta aluno, faz encaminhamentos, dá palestra a alunos, professores e pais sobre sexualidade e uso de drogas, etc. Ou seja, parece haver uma forte relação entre as representações sociais sobre a área de atuação e a opção ou não por atuar nela. O que se agrava aqui é o fato da indefinição do que seja o trabalho do psicólogo na escola, que propõe, mesmo quando se tem mais clareza de suas funções, que trabalhe em equipe, que construa um espaço de atuação, que faça uma avaliação para poder propor sua intervenção, etc. Ou seja, questões que não promovem identificações.

Após entrarem na escola e tomarem contato com o que seria seu contexto real de trabalho, os alunos revelam seus dilemas e angústias, conforme falas abaixo:

Saí da escola hoje me sentindo acuada. Além de não concordar com algumas coisas que a professora me fala, as crianças querendo conversar comigo, precisando de atenção e tudo isso no meio da aula e eu não sabia o que fazer. Mesmo porque acho que não seria função de um

psicólogo dar atenção para elas (mas é fato que eu queria atendê-las). Fiquei pensando que a minha função ali era de mediar, de fazer com que as crianças resolvam seus problemas, ajudando-as a pensar. Tentei fazer isso, mas não sei se fiz do jeito certo. Percebi que A e V estavam angustiados, queriam conversar comigo e eu me recusei. Agora fico pensando se não era só atenção que eles precisavam. O mesmo se deu com o Vi. Percebo que em sala de aula a professora não o atende como atende aos demais. Quando ele veio me pedir ajuda, perguntando se devia copiar todo o conteúdo da lousa ou só a última parte, orientei-o que chamasse a professora. Ele o fez, mas ela não o atendeu. Agora penso que ele precisava de aprovação, de atenção e eu, por achar que não é meu papel, não o atendi, fazendo o mesmo que a professora.

No momento em que estava conversando com a Maria, via a professora olhando em nossa direção e senti receio de que ela não quisesse que eu conversasse com a menina. Ela poderia pensar que eu estava defendendo a criança, que eu ficaria de boazinha e deixaria todas as coisas ruins para ela. Por isso até pensei em sair de perto de Maria, mas logo mudei de idéia, pois não estava fazendo nada de errado e o que não poderia era deixar Maria daquele jeito, então expliquei a situação para ela, o que acho que a professora deveria ter feito.

Me senti muito mal pela situação do garoto que foi colocado no canto da sala pelo professor de artes. Achei melhor não fazer nada e apenas observar, mas acabei ficando com raiva do professor, por agir de maneira grosseira e fria, deixando o menino durante mais de 40 minutos parado naquele canto.

Senti um desconforto quando a professora começou a reclamar mais

uma vez da escola, realmente, parece que ela está muito insatisfeita. Parece difícil captar um momento em que ela esteja mais feliz, talvez quando estava ajudando os alunos a escreverem. Acho que esta falta de entendimento entre os professores faz muito mal para a escola, pois deixa questões mal resolvidas, prejudicando os alunos que convivem com professores irritados. Mas o que eu posso ou devo fazer?

Essas falas revelam aspectos relativos à formação em psicologia e às representações e identidade do psicólogo escolar. Em relação à formação, fica evidente a necessidade de se investir no desenvolvimento de habilidades e competências dos futuros psicólogos, para trabalharem em equipes multidisciplinares e em contextos sócio-econômicos diversos, sobretudo os mais carentes. Nesse rumo, seria necessária uma ênfase maior nos estudos sobre a Psicologia histórico-cultural, visto ser um campo da psicologia que fornece as bases para o trabalho em contextos sociais diferenciados, em que se vise à mudança das condições de vida dos sujeitos.

Outro aspecto a se investir no que concerne à formação diz respeito ao desenvolvimento da sensibilidade dos futuros psicólogos para identificarem as especificidades do contexto educativo e desenvolver competências para atuar profissionalmente (Araújo & Almeida, 2005).

Em relação às representações sociais sobre o que faz o psicólogo escolar e de sua identidade, os alunos sabem que não é seu papel interferir na forma como o professor lida com os alunos, pelo menos no momento da ação, também sabem que não é ensinar, este é papel do professor, e sabem, ainda, que não devem intervir diretamente, dizendo aos professores que devem enfrentar os conflitos e conversar com os colegas, ao invés de reclamarem o tempo todo. Contudo, sentem-se angustiados, incomodados, sem saber o que fazer, ou seja, sabem o que não devem fazer, o que não é seu papel, mas não sabem qual é o seu papel. Este fato pode estar ligado ao que afirmam Araújo e Almeida (2005, p.246): “Durante algum tempo, a literatura apontava para aquilo que o psicólogo escolar não deveria fazer: qual não deveria ser o seu perfil profissional”, sem, contudo, apontar novas formas de atuação.

Logo, há, também, além da formação e das experiências de atuação desse profissional, a influência da literatura sobre o trabalho do psicólogo escolar interferindo em sua constituição identitária.

As demandas da escola permanecem no campo das relações e interações: ensino-aprendizagem, aluno-aluno, professor-aluno, professor-professor, professor-equipe gestora, escola-sistema de ensino, escola-famílias e escola-comunidade. Elas são amplas e de natureza diversa, mas se inserem no campo da psicologia educacional, qual seja, as subjetividades em relação. Elas também revelam a necessidade de um trabalho longo e processual, a se desenvolver por meio de projetos envolvendo todo o coletivo da escola, que demanda a implicação de todos os profissionais, dos alunos e das famílias.

Um projeto que leve em conta as prioridades da escola, identificadas em parceria com os educadores, e tomadas como ponto de partida para a definição das ações, conjuntas e coletivas.

Essas seriam as perspectivas de trabalho que se apresentam ao psicólogo da educação, que lhe permite adotar seus conhecimentos sobre o sujeito e seu desenvolvimento, sobre as relações e sua participação na constituição do sujeito, sobre o papel da educação nessa constituição e tomar como sua a tarefa de mediador dos conhecimentos e vivências necessárias aos sujeitos dos contextos educativos para a promoção de seu desenvolvimento. Esses sujeitos são os alunos, os professores, a equipe gestora, as famílias, a comunidade, e, claro, o próprio psicólogo.

O processo de constituição identitária

Entendo identidade como processo constitutivo do sujeito, produzido e construído nas interações com outras pessoas, processo esse permanente e dialético, caracterizado por tensões entre o que se diz ao sujeito que ele é e o que o sujeito se apropria como seu, em um movimento de identificação e não identificação, o que se tem dito ao psicólogo escolar?

Se não há identificação, não há sentimento de pertencimento a determinada comunidade, logo, não há implicação ou responsabilidade sobre a educação ou promoção do desenvolvimento dos sujeitos, pois os psicólogos não se vêem como pertencentes à área da educação nem tampouco há representações sociais que promovam esse pertencimento. Também não há possibilidade de escolha: como escolher atuar em uma área com a qual não me identifico? Como exercer uma profissão que não se conhece ou ainda que se conhece, é extremamente desvalorizada?

No que concerne especificamente à identidade, os estudos de Ciampa (1986), realizados da perspectiva da Psicologia, concebem a categoria identidade como estrutura dinâmica, que se constitui na relação com a atividade (o sujeito é o que faz) e a representação (a idéia, imagem com a qual o sujeito se representa e é representado pelo outro) para explicar como o sujeito chega às identificações, às imagens que tem de si. O sujeito constitui-se, então, como várias personagens, que são re-postas ou não nas atividades que desenvolve.

Logo, se o sujeito é o que faz, visto a dimensão da atividade na constituição identitária, o fazer diversificado do psicólogo escolar, sem objeto claro, participa na constituição de uma identidade profissional indefinida.

Mais recentemente, estudos sobre identidade têm sido desenvolvidos por pesquisadores interessados na identidade profissional, cujas pesquisas têm como enfoque as relações no trabalho, da perspectiva da sociologia.

Dubar (1997) entende que é no trabalho que as identidades se constroem e se desconstroem, em um movimento dinâmico e permanente de identificações e não identificações. O processo de constituição da identidade se desenvolve em um movimento de tensão permanente entre os atos de atribuição (o que o Outro diz ao sujeito que ele é) e de pertença (a aceitação pelo Outro, ou não das atribuições recebidas). Ou seja, são processos de identificação, em que o sujeito se vê como pertencendo ou não a determinada comunidade ou sociedade, que lhe conferem formas identitárias. Aliás, o autor prefere falar em formas identitárias, visto que seriam várias as identidades assumidas.

Sabemos como a escolha, a identificação com as causas sociais são cruciais para o bom desempenho profissional, visto se constituírem como manifestações conscientes do sujeito.

Assim, é preciso investir na formação do psicólogo escolar/educacional com foco na constituição de sua identidade profissional, em cursos de formação inicial ou continuada, se é que se quer contribuir para os processos educativos e suas demandas/aberturas à psicologia.

É preciso, também, investir nas pesquisas na área, com foco em seu objeto de conhecimento – as subjetividades em relação e em desenvolvimento, além da promoção de fóruns e espaços de debates e discussões democráticos, abertos e acessíveis à participação de psicólogos, educadores, sociólogos e da sociedade como um todo, visando a uma melhor definição e difusão das atividades deste profissional.

Penso que a primeira tarefa deste movimento é justamente favorecer a construção da identidade do psicólogo que trabalha com educação pela definição de sua ação. Um exemplo bastante rico é a própria denominação deste profissional. Utilizei ao longo do texto, ora psicólogo escolar, ora psicólogo educacional, ora escolar-educacional, ora psicologia escolar, ora psicologia da educação de maneira proposital, para demonstrar que ainda há indefinição no próprio modo de referir à atividade do psicólogo e à psicologia como área de conhecimento e pesquisa. De acordo com a teoria da identidade, o nome é o que nos confere identidade, é o que nos permite a presentificação, o comparecer como representante de nós, a definição do que somos. Quando atrelamos escola e educação, primeiro juntamos dois elementos distintos e muito complexos, segundo, não indicamos, de maneira clara, o que faz este profissional e, terceiro, a indefinição e pouca clareza não promove identificações, pois não só o psicólogo tem dúvidas sobre o que faz, mas também a sociedade como um todo e, é claro, os meios escolares e educacionais.

Psicologia, compromisso social e participação na elaboração de políticas públicas

Com objetivo de apresentar alguns caminhos para as problemáticas aqui arroladas, retomo a relação da psicologia com as questões sociais para reforçar o papel social do psicólogo.

Com quem em seu compromisso? Não pode ser somente com os alunos que recebe em seu consultório ou unidade de atendimento, encaminhado pela escola!

A escola é um espaço social protegido, que conserva todas as características da sociedade, preservando aquelas de seu entorno.

A educação é o meio que pode oferecer oportunidade para que todo cidadão aceda a formas de vida mais dignas, para que se tornem sujeitos de seus pensamentos e possam escolher o modo de vida que querem ter. É um caminho para a emancipação. Daí adotar a educação como área de atuação em que o psicólogo pode exercer sua ação social, assumindo seu compromisso como profissional que contribui para as políticas públicas e sua transformação.

Contudo, para que isso seja possível é necessário que investimentos sejam feitos no âmbito da formação, inicial e continuada, oferecendo aos alunos e profissionais a oportunidade de se apropriarem de teorias e técnicas inspiradas em conceitos e metodologias diferentes das tradicionais, que tem dominado, historicamente, o campo da Psicologia. É preciso que se ofereça a oportunidade de construir um referencial teórico que atenda a essas demandas e, por meio da reflexão, que se derive dele formas de ações mais efetivas. Também temos como desafio suscitar nos profissionais, e em nós próprios, a problematização de nossa prática, questionando nossas convicções teóricas e técnicas, assumindo o pressuposto de uma identidade dinâmica, histórica, que se transforma na relação com o contexto em que vivemos e atuamos. Equivale a assumir o pressuposto da incerteza, tão necessário quando se trabalha com sujeitos em relação, em espaços que se transmutam e se transformam e que, a cada momento, novos protagonistas emergem. Trata-se, pois, de abrir espaços para o diálogo com todos os atores envolvidos no processo, com outros conceitos e teorias, com outros profissionais, com vista a participar com mais força na proposição e implementação de políticas que promovam um desenvolvimento que vise à emancipação.

Assim, pode-se entender a atuação do psicólogo nas políticas públicas na direção do que propõe Gonçalves (2003, p.293): “resgatar o homem de seus medos, de sua introjeção, torná-lo saudável, em condições de participar da transformação da realidade que o oprime.”

Deveríamos começar por nós, formadores e pesquisadores, assumindo o compromisso de oferecer aos alunos e profissionais de psicologia os conhecimentos sobre a educação do país, as suas possibilidades e limites de atuação, os referenciais teóricos que podem iluminar suas ações, a provocação para a problematização de suas e nossas convicções, enfim, assumir o compromisso social dos formadores.

Referências Bibliográficas

Araújo, C. M. M. & Almeida, F.S.C. (2005). Psicologia Escolar: recriando identidades, desenvolvendo competências. Em: A. M. Martinez (org.). *Psicologia Escolar e compromisso social* (pp. 243-259). Campinas: Alínea.

Botome, S. P. (1979). A quem, nós, psicólogos, servimos de fato. *Psicologia* (São Paulo), 5 (1): 1-16.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro*. São Paulo: Edicon.

_____(Ed.) (1992). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.

_____(Ed.) (2002). *Pesquisa feita junto aos associados do CFP - Relatório final*. Relatório on-line. Disponível em: http://www.pol.org.br-arquivos_pdf.relatorio_who.doc.

Ciampa, A . C. (1986). *A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Dubar, C. (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

Gatti, B. A. (1997). O que é psicologia da educação ou o que ela pode vir a ser como área de conhecimento. *Psicologia da Educação*, 5, São Paulo, Educ.

Gonçalves, M. G. M. (2003). A contribuição da psicologia sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. Em: A. M. B. Bock (org.). *Psicologia e o compromisso social* (pp.277-293). São Paulo: Cortez Editora.

Guzzo, R. L. (1996). Formando Psicólogos Escolares no Brasil – dificuldades e perspectivas. Em: S. M. Wechsler (org.). *Psicologia escolar – pesquisa, formação e pratica* (pp. 75-92). Campinas: Alínea.

IPEA (2006). *Brasil, o Estado de uma nação. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios*, Brasília: DF. Disponível no site: <http://www.ipea.gov.br>.

Maluf, M. R. (1999). Novos rumos para a Psicologia e os psicólogos da Educação. *Psicologia da Educação, 9*, São Paulo: Educ.

_____ (2003). Psicologia escolar: novos olhares e o desafio das praticas. Em S. F. C. de Almeida (org.). *Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional* (pp. 135-146). Campinas: Editora Alínea.

Netto, J. P. (1992). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.

Neves, M. M. B. et al. (2002). Formação e atuação em psicologia escolar – análises das modalidades de comunicações nos congressos nacionais de psicologia escolar e educacional. *Psicologia ciência e profissão, 22* (2): 2-11.

Novaes, M. H. (2002). A convivência em novos espaços e tempos educativos. Em: R. L. Guzzo (org.). *Psicologia Escolar: LDB e educação hoje* (pp.91-102). Campinas: Alínea.

Senna, S. R. C. M. & Almeida, F. S. C. (2005). Formação e atuação do psicólogo escolar da Rede Publica do Distrito Federal. Em: A. M. Martinez. *Psicologia Escolar e compromisso social* (pp.199-230). Campinas: Alínea.

Wechsler, S. M. - org. (1996). *Psicologia escolar – pesquisa, formação e prática*. Campinas: Alínea.



Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. Em: A. M. B. Bock (org.). *Psicologia e o compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez Editora.

_____ et al. (2001). Espaços, práticas: o que há de novo na psicologia do Rio Grande do norte. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 6 (2): 67-72.